



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/2025

PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL

REQUERENTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES

EMENTA: “PROJETO DE LEI QUE ALTERA O INCISO I DO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.566/2024, PARA MAJORAR O LIMITE DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES PARA ATÉ 70% (SETENTA POR CENTO) DO TOTAL DA DESPESA FIXADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, TÉCNICA LEGISLATIVA E INTERESSE PÚBLICO. PARECER FAVORÁVEL. POSSIBILIDADE”

1. RELATÓRIO:

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei nº 024/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que propõe a alteração do inciso I do art. 5º da Lei Municipal nº 4.566, de 27 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA), com o objetivo de elevar o limite para abertura de créditos adicionais suplementares para até 70% (setenta por cento) do total da despesa fixada para o exercício financeiro de 2025.

A justificativa apresentada pelo Executivo fundamenta-se na necessidade de adequação orçamentária para o cumprimento de despesas obrigatórias, notadamente folha de pagamento, encargos trabalhistas, décimo terceiro salário, rescisões contratuais e investimentos mínimos constitucionais, especialmente na área da educação.

É o relatório. Passo à análise.



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E INICIATIVA

A iniciativa do Projeto de Lei é legítima e constitucional, nos termos do art. 61, §1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, aplicado por simetria aos Municípios, que atribui ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre matéria orçamentária.

A Câmara Municipal possui competência para apreciar e deliberar sobre o tema, conforme dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que assegura aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

2.2. LEGALIDADE DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

A matéria encontra respaldo direto na Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O art. 42 da referida lei estabelece:

Art. 42 “Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”

Além disso, o art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320/64 admite que a própria Lei Orçamentária contenha autorização para abertura de créditos suplementares, dentro de limites previamente fixados pelo Poder Legislativo.

Assim, é juridicamente válida a previsão, na LOA, de percentual autorizativo para suplementação, cabendo ao Legislativo Municipal fixar o limite que entenda adequado, observados os princípios da razoabilidade, do equilíbrio fiscal e do controle orçamentário.

2.3. COMPATIBILIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

A majoração do limite de suplementação não implica autorização irrestrita de gastos, devendo a execução orçamentária permanecer rigorosamente vinculada às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente:

Art. 15 e 16 – exigência de adequação orçamentária e financeira;

Art. 17 – despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 42 – vedação à assunção de despesas sem disponibilidade de caixa no último ano de mandato.

Portanto, o aumento do limite percentual não dispensa o cumprimento das exigências legais, funcionando apenas como instrumento de gestão orçamentária para conferir maior flexibilidade administrativa ao Executivo.

2.4. INTERESSE PÚBLICO E RAZOABILIDADE DO PERCENTUAL

O percentual de 70% (setenta por cento) encontra precedentes em diversos municípios brasileiros, sobretudo em cenários de instabilidade econômica, frustração de receitas ou elevação de despesas obrigatórias.

A medida revela-se razoável e proporcional, considerando que:

Não cria despesa nova;

Não autoriza gasto sem dotação;

Não afasta o controle legislativo e externo;

Visa assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Além disso, contribui para o cumprimento dos limites constitucionais mínimos, como os previstos no art. 212 da Constituição Federal (educação), evitando eventuais



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

responsabilizações do gestor.

2.5. TÉCNICA LEGISLATIVA

O Projeto de Lei observa as normas de técnica legislativa, apresentando redação clara, objetiva e compatível com a legislação orçamentária vigente, não havendo vícios formais ou materiais que maculem sua validade.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Procuradoria opina pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e REGULARIDADE JURÍDICA do Projeto de Lei nº 024/2025, que altera o inciso I do art. 5º da Lei Municipal nº 4.566/2024, para ampliar o limite de abertura de créditos adicionais suplementares para até 70% (setenta por cento), nos termos do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Assim, opina-se favoravelmente à sua tramitação e aprovação, ressalvada a análise política e discricionária do Plenário.

É o parecer.

Guaçuí/ES, 17 de dezembro de 2025.

Michele Aparecida Carvalho Coelho da Fonseca
Procuradora Jurídica Interina
Resolução 543/2025